



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A CHAVE PARA A SUSTENTABILIDADE**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, NA SESSÃO DE ABERTURA DO VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA CPLP E GALIZA.**

**MAPUTO, 04 DE JULHO DE 2023**

**Senhora Ministra da Terra e Ambiente;**

**Senhores Ministros, Secretários de Estado, Vice-Ministros e representantes dos Governos da CPLP e da Galiza;**

**Senhor Secretário Executivo da CPLP;**

**Senhor Secretário de Estado na Cidade de Maputo;**

**Senhor Presidente da Associação Portuguesa de Educação Ambiental;**

**Senhores Membros do Corpo Diplomático, aqui presentes;**

**Caros Membros da Comunidade Académica;**

**Reconheço a presença de Antigos dirigentes do Sector do Ambiente;**

**Estimados Representantes da Sociedade Civil;**

**Prezados Oradores e Moderadores;**

**Ilustres Convidados;**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores;**

**Amigos da Comunicação Social!**

É com enorme satisfação que me dirijo a tão augusta audiência presencial e virtual para, em nome do Governo, dos Moçambicanos e no meu próprio, endereçar calorosas saudações aos participantes do VII Congresso Internacional de Educação Ambiental que junta, em Maputo, governantes, especialistas e representantes da sociedade civil dos Países e Comunidades da Língua Portuguesa e Galiza.

Sentimo-nos imensamente honrados por acolher, em nosso solo pátrio, este importante Congresso, que se realiza sob o lema “**Educação Ambiental: A Chave para a Sustentabilidade**”.

**Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

Moçambique é um país que se destaca pela sua localização estratégica na costa oriental de África. Somos um país com um rico capital natural e ambiental em terra firme, na Zona Económica Exclusiva e nas águas, que são habitats naturais de variadíssimas espécies da biodiversidade.

A população moçambicana de pouco mais de 30 milhões de habitantes é, maioritariamente, jovem.

O recurso terra propicia a prática da agricultura e mineração, o mar e as águas interiores, a pesca, as florestas, a extracção da madeira e combustível vegetal, entre outras actividades.

### **Estimados Congressistas!**

O impacto das mudanças climáticas, resultante do aquecimento global devido à emissão de gases de carbono pela indústria constitui o factor principal da ocorrência cíclica de desastres naturais.

Estes desastres afectam mais os países que menos poluem, como os da CPLP, Galiza e Moçambique, em particular.

No caso específico de Moçambique, a situação é agravada pela sua localização geográfica, numa zona de convergência das correntes quentes do Oceano Índico e das correntes frias do Oceano Atlântico.

Nos últimos três anos, o nosso país foi fustigado por vários ciclones, tempestades tropicais, cheias e inundações, nos últimos quatro anos, sendo de destacar:

- Março de 2019, o ciclone Idai, de grandes proporções, deixou um rasto de destruições. Mais de 600 pessoas perderam a vida, infra-estruturas como estradas e pontes, linhas férreas, rede de energia eléctrica e de telecomunicações, sistemas de abastecimento de água, campos de produção agrícola ficaram severamente destruídos, com incidência na Cidade da Beira, segundo maior centro urbano do país. Os danos causados pelo ciclone Idai foram estimados em cerca de 3.2 biliões de dólares americanos.
- Abril do mesmo ano de 2019 – o Ciclone tropical Kenneth devastou a região norte de Moçambique, incluindo países vizinhos, com danos calculados em cerca de 100 milhões de dólares americanos.
- Neste ano, o país foi fustigado duas vezes pelo ciclone Freddy e inundações na zona sul, cujas acções de reconstrução ainda estão em curso.

Dada a elevação da consciência sobre a crise climática, várias conferências têm tido lugar nas últimas décadas, desde Estocolmo em 1972, à Cimeira do Rio (1990), em especial, as Conferências das Partes (COP) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

No entanto, o que nos preocupa é o incumprimento dos acordos alcançados, sobretudo, por parte dos países industrializados, que são os maiores causadores das mudanças climáticas.

Na COP21, realizada em Paris, em 2015, por exemplo, os líderes mundiais comprometeram-se a *"manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, e continua com esforços para limitar esse aumento de temperatura em 1,5°C"*.

No entanto, um relatório de 2021 do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas nota que, para que a meta de 1,5°C seja atingida, as emissões de dióxido de carbono devem ser reduzidas em 45% até 2030, o que será difícil, devido à relutância dos países industrializados em cumprir o Acordo de Paris. Daí que, a educação ambiental não deve ser vista como direcionada às comunidades, num sentido. Ela mostra-se como uma ferramenta crucial para alcançar o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. Mas movida, sobretudo, para os mais poluentes.

Há instantes, antecedendo esta sessão de abertura do Congresso, procedemos à inauguração do *Centro de Interpretação Ambiental*, cuja missão principal é promover a educação ambiental à escala nacional.

As nossas políticas ambientais, para além de estarem alinhadas com as convenções internacionais, elas tomam em consideração o chamado conhecimento indígena.

As boas práticas locais (ditas indígenas), estão enraizadas no maneio e conservação dos ecossistemas da biodiversidade.

A nossa visão é de que a educação ambiental não deve ser um processo unidireccional, de cima para baixo, pois existem muitos aspectos positivos que as comunidades locais podem transmitir na preservação do ambiente.

Moçambique é signatário de várias convenções internacionais sobre a proteção da biodiversidade e do ambiente, a citar:

- (i) Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas;
- (ii) Convenção sobre a Diversidade Biológica;

- (iii) Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais;
- (iv) Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas;
- (v) Convenção de Viena sobre Proteção da Camada de Ozono;
- (vi) Convenção sobre a Protecção, Gestão e Desenvolvimento Marinho e Costeiro da Região Oriental de África;
- (vii) Convenção sobre Combate à Seca e Desertificação;
- (viii) Convenção sobre Espécies Migratórias, entre outras.

Do ponto de vista jurídico-legal, a gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente tem sido uma das preocupações do Estado Moçambicano, desde a proclamação da independência.

É nessa base que estruturamos o processo de educação ambiental em três níveis:

- **Educação Ambiental Formal**, que fazemos dentro do sistema formal de ensino, através da inclusão de conteúdos, termos, conceitos e noções sobre o ambiente nos planos curriculares, desde o ensino primário, secundário até à especialização a nível universitário.
- **Educação Ambiental Não Formal**, que decorre da responsabilidade que recai ao cidadão e às várias associações e organizações da sociedade civil na defesa do meio ambiente e na prestação do serviço para o bem da comunidade. A comunicação social também tem desempenhado um papel crucial na educação ambiental, através de programas televisivos, radiofónicos e de imprensa.
- **Educação Ambiental Informal**, que se manifesta de forma espontânea por cidadãos, individual ou colectivamente, sobretudo através de várias manifestações culturais, divulgando mensagens de preservação do meio ambiente.

É através destes mecanismos formais, não formais e informais, que o nosso Governo tem estado a implementar programas, campanhas, feiras e exposições ambientais ao nível do território nacional.

Regozijamo-nos imensamente por notar que, neste congresso, académicos, especialistas e activistas moçambicanos irão partilhar a experiência do seu trabalho de pesquisa e advocacia ambiental.

## **Caros Presentes!**

A resolução dos grandes problemas ambientais está centrada a três níveis, nomeadamente:

- (i) centros urbanos;
- (ii) nas zonas rurais e
- (iii) no ambiente marinho e costeiro.

A nível dos **centros urbanos**, como as cidades de Pemba, Nacala, Quelimane, Beira, Xai-Xai, a educação ambiental focaliza a prevenção e combate à erosão costeira causada pela subida do nível das águas do mar, chuvas intensas, a pressão democrática e ocupação das zonas propensas à erosão.

Nas **zonas rurais**, os grandes desafios que constituem matérias da educação ambiental incluem o combate à caça furtiva, mineração desenfreada e desmatamento insustentável da floresta, sobretudo, nas áreas de conservação.

Para o caso do **ambiente marinho e costeiro**, a conservação *in-situ* constitui uma das nossas apostas considerando que 26% do território nacional, é coberto por áreas de conservação, sendo de destacar os parques nacionais de Gorongosa, Quirimbas, Limpopo, Zinave, Banhine, Bazaruto e Maputo e as Reservas do Niassa, Gilé e Mágoe.

Como forma de educação ambiental, é preciso um grande compromisso ao nível das lideranças políticas. Em Moçambique, temos estado a promover uma convivência positiva entre a fauna bravia e as comunidades, através de iniciativas de personalização de espécies. Pessoal e carinhosamente, atribuí, nomes a animais selvagens. São exemplos, os elefantes Mr. President e Gentleman, o rinoceronte Princess Innocent e, muito recentemente, o búfalo Reconciliation.

## **Minhas Senhora e Meus Senhores!**

Moçambique é uma referência no continente africano e no mundo na boa gestão do risco dos desastres naturais.

A Gestão do Risco de Desastres no nosso país é regida pela Lei nº 10/2020, de 1 de Agosto, que estabelece um sistema integrado de redução do risco, a gestão de desastres, a recuperação sustentável

para a construção da resiliência humana, infra-estrutural e dos ecossistemas, bem como a adaptação às mudanças climáticas.

Uma das componentes fundamentais deste processo é o envolvimento das comunidades, através dos comités locais de gestão de risco.

Os comités locais são constituídos por líderes comunitários e pessoas influentes das comunidades que são os principais activistas da educação ambiental.

Graças à acção permanente de educação ambiental, levada a cabo pelas autoridades locais, com o envolvimento dos comités locais de gestão de risco, Moçambique tem conseguido reduzir o impacto catastrófico dos desastres naturais.

A situação mais recente do ciclone FREDDY é disso um caso de estudo. O FREDDY foi dos ciclones mais intensos e mais mortais. Segundo a Organização Internacional de Meteorologia, o FREDDY que quebrou o recorde de ciclone mais duradouro jamais registado, durou cinco semanas, de 5 de Fevereiro a 14 de Março deste ano. Ele tornou-se extraordinário por ter entrado em Moçambique por duas vezes.

Na primeira vez, o FREDDY entrou por Inhambane, na zona sul do nosso país e atingiu o Zimbabwe. Na segunda vez, entrou pela Zambézia na zona centro e atingiu o Malawi.

Nas duas vezes, o FREDDY, em Moçambique, causou perto de 30 mortes. No Malawi, onde entrou uma vez e com menor intensidade, causou a morte de cerca de 500 pessoas e outras 500 desaparecidas.

O menor registo de vítimas mortais encontra razão no facto de que Moçambique dispõe de um sistema eficaz na gestão de risco de desastres.

Por um lado, esta mitigação da fatalidade pode ser atribuída, em larga medida, ao papel da educação ambiental, ao empenho do Instituto Nacional de Gestão do Risco de Desastres - INGD, mas sobretudo, ao nível de consciência dos moçambicanos e dos que em Moçambique escolheram viver.

Por outro lado, o compromisso das lideranças, a todos os níveis, joga um papel determinante, razão pela qual fomos eleitos Campeão da União Africana na Gestão do Risco de Desastres.

**Caras e Caros Participantes!**

A nossa presença na abertura deste congresso é sinónimo de entrega à causa da protecção da humanidade. Mesmo assim, estamos convencidos de que Moçambique pode e vai aprender da experiência de países irmãos, razão pela qual nos predispusemos a acolher este importante evento.

Temos a plena certeza de que os povos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da Galiza auguram, deste Congresso, valiosos resultados.

Os países da CPLP e da Galiza podem tornar-se, universalmente, campeões na defesa da natureza, da humanidade e do planeta Terra, nossa casa comum.

Por isso, termino, apelando a todos os participantes para que explorem, no máximo, esta oportunidade para partilhar experiências de boas práticas e no estabelecimento de laços duradouros para colaboração futura, a nível pessoal e institucional.

Com estas palavras, é com elevada honra que **declaro aberto o VII Congresso de Educação Ambiental da Comunidade dos Países de língua Portuguesa e Galiza.**

**Muito obrigado pela atenção dispensada.**